

fé, ao patriota Fr. Miguel dos Santos, orador notável e enforcado na Praça Maior de Madrid, no reinado de Filipe II. Imorredora a acção missionária no golfo da Guiné e Índias Orientais, com a erecção em Goa do mosteiro feminino de Santa Mónica, o primeiro em terras de evangelização. Se de 1630 a 1834, em Portugal, a ordem dos agostinhos calçados foi de “cansaço e decadência”, como reconhece Fr. Carlos Alonso, não se poderia ignorar o aparecimento do ramo dos descalços, vindo ambos a acabar por sofrer a extinção com a proclamação do liberalismo. Custoso tem sido, refere o autor, o restauro da ordem em solo português, sustentado, a partir de 1971, como se historia, com o generoso apoio dos confrades espanhóis. Compreende-se que isso haja acontecido, dado o contexto espinhoso que pesa sobre o recrutamento de vocações consagradas. Cada capítulo encerra com referências bibliográficas pertinentes. As quase duas centenas de páginas deste oportuno volume incluem ainda uma iconografia e cartografia que assaz o valorizam. Permita-se, apenas, o reparo para o lapso de D. Afonso, o navegador, quando se queria, certamente, mencionar D. Henrique, o infante das descobertas.

HISTÓRIA do Sagrado e do Profano.

[Actas do] X Encontro Nacional *Turres Veteras*.

Coord. Carlos Guardado da Silva.

Torres Vedras: Edições Colibri, Câmara Municipal de Torres Vedras, Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo Alexandre Herculano, 2008. 284 p.

JOÃO LUÍS FONTES

Com o título “História do Sagrado e do Profano”, o presente volume reúne dezanove comunicações apresentadas ao X Encontro *Turres Veteras*, realizado na cidade do Sizandro em 2007. Marcando assim uma década sobre o início destes Encontros, as actas que agora se disponibilizam deixam transparecer o claro objectivo de, em torno de uma temática específica, propor distintos olhares e percursos, promovendo simultaneamente novos estudos no âmbito da História Local (âmbito no qual, aliás, estes Encontros se iniciaram), a par da convocação de outros contributos de cariz mais diversificado.

Um primeiro núcleo de textos propõe uma abordagem do religioso a partir das suas expressões culturais. Assim, Vasco Gil Mantas desenvolve um aprofundado estudo sobre a relação da *religio* com o universo das profissões e do trabalho na Roma

Antiga. Convocando, sempre que possível, os testemunhos, sobretudo epigráficos ou monumentais, presentes também em território português, o autor aborda os reflexos desta relação em domínios tão diversos como a estruturação dos espaços públicos e privados, a arte funerária, as práticas religiosas e opções culturais nas diferentes profissões e na sua relação com as estruturas sociais e políticas. Não deixa ainda de ter em conta a diversidade de situações registada entre o mundo urbano e o rural e a complexa relação entre os cultos e práticas religiosas associados ao mundo romano e o universo de outros cultos anteriormente promovidos pelas populações paulatinamente submetidas ao Império. Para cronologias posteriores e já no âmbito do Cristianismo, Carlos José Rodarte de Almeida Veloso propõe uma incursão pelas manifestações religiosas associadas ao universo da faina marítima, desde os cultos a ela associados – com particular enfoque para o de S. Telmo e para o culto mariano – até às suas diversas expressões, dos ex-votos às confrarias.

Outros estudos tratam, de forma mais monográfica, um conjunto mais concreto de cultos específicos. Assim, João Francisco Marques apresenta um excelente estudo sobre a genealogia do culto do Anjo Custódio de Portugal, apontando as suas raízes bíblicas e cristãs e delimitando os caminhos da sua autonomização face ao ancestral culto de S. Miguel, tornada mais evidente a partir de finais do século XV, em estreita relação com um seu aproveitamento político por parte da Coroa portuguesa. Não deixa ainda de traçar a fortuna posterior do culto desta figura tutelar, curiosamente recuperado no âmbito das aparições marianas de 1917 em Fátima. Também em torno das estratégias régias de promoção de cultos específicos se centra o contributo de Maria Cristina Osswald, desta feita a propósito do culto do apóstolo S. Tomé em terras do Oriente no século XVI. Partindo dos testemunhos sobre a descoberta do túmulo e das relíquias do apóstolo em Meliapor e das inquirições ordenadas a este propósito por D. João III entre 1531 e 1533, a autora coloca em evidência como este culto se torna uma peça muito importante na definição das relações da Coroa com os cristãos de S. Tomé e, por meio destes, também com a rede comercial no Índico, dada a sua estreita ligação com o trato da pimenta. Isto para além, obviamente, do capital de prestígio que os monarcas desde cedo retirarão de tal achamento, por uma conveniente política de propaganda em terras do Ocidente. Por último, e já em contexto oitocentista, Ernesto Castro Leal propõe um olhar atento sobre os contextos das distintas recuperações do culto de Nuno Álvares Pereira e a estreita correlação que então se desenvolve entre o santo e a figura do herói defensor da independência nacional.

Num âmbito distinto se situa outro conjunto de contributos, mais centrados no campo específico das ordens religiosas. Desde logo, a dos Eremitas de Santo Agostinho, ordem outrora com uma importante implantação em terras torrienses, com dois conventos – o de Penafirme e o de Torres Vedras – fundados ainda na época medieval. Carlos Moreira Azevedo propõe um olhar sobre o papel dos Agostinhos na

espiritualidade do século XVII, a partir de um cuidadoso levantamento dos autores que, dentro da Ordem, se dedicaram ao labor da escrita, em campos tão diversos como a cronística e os escritos biográficos, a tratadística espiritual e os textos de cariz mais devocional. Inventaria também as obras conhecidas por eles produzidas, dando inclusive a conhecer o espólio que, neste domínio, se conserva na Biblioteca do Seminário do Porto. Paula Correia da Silva trabalha um conjunto de determinações capitulares, também do século XVII, dirigidas ao convento de Nossa Senhora da Graça de Torres Vedras. A preciosa fonte, que publica, alerta para a necessidade de uma investigação mais cuidada dos livros de actas dos Capítulos Provinciais da Ordem, que se conservam ainda na Torre do Tombo, no acervo do Convento da Graça de Lisboa.

Já em Cister e em pleno período medieval, Luís Miguel Rêpas vem equacionar, de forma estimulante e fundamentada, os limites da vivência de um efectivo afastamento do mundo nos mosteiros cistercienses femininos e os diversos modos como a clausura é não raro quebrada pelas próprias monjas ou, em movimento inverso, como o século acaba por se fazer presente no quotidiano monástico. O autor prova como muitas das monjas, de nobre extracto, acabam por transportar e fazer perpetuar no interior dos mosteiros o seu estatuto, poder e riqueza e em torno de si mantêm e desenvolvem uma complexa rede de vassalagem e clientelagem, ao mesmo tempo que continuam a desempenhar um papel activo na gestão do respectivo património. Os mosteiros acabam também por acolher com frequência gente a ele estranha, desde serviçais a procuradores das abadessas e monjas, familiares, outros religiosos ... e não se revelarão isentos de intromissões familiares quando se trata de assegurar o acesso de determinadas monjas ao abadessado. A clausura acabaria por ser algo que só *a posteriori* se tornaria efectivo, imposta pela Santa Sé e generalizada já tardiamente, no contexto tridentino, ao universo das ordens religiosas femininas.

Também no equacionar da distância entre a norma e a realidade no universo das ordens religiosas se situa a incursão exploratória de Paulo Drumond Braga pela questão da homossexualidade feminina em conventos e mosteiros portugueses. O autor estuda quatro casos concretos, objecto das atenções da Inquisição, em geografias e cronologias distintas: duas freiras clarissas de Angra, em 1576, uma outra clarissa do mosteiro de Guimarães, já em 1743, e uma monja beneditina de S. Bento de Viana do Castelo em 1787. A amostra, permitindo constatar a existência de casos de homossexualidade feminina em mosteiros e conventos ao longo da época moderna, exige certamente uma investigação mais demorada e circunstanciada, tendo ainda em conta, como salienta o autor, a diferença do olhar das autoridades eclesiásticas sobre o assunto face ao universo feminino, bem menos dura que no caso masculino.

Sobre os comportamentos religiosos fora do universo monástico, encontramos dois estudos. Um primeiro, da autoria de Maria Manuela Catarino, toma como base um livro de visitas dos séculos XVII e XVIII conservado no acervo da paróquia

de S. Pedro da Cadeira (Concelho de Torres Vedras). Com o registo das visitasões efectuadas à paróquia entre 1672 e 1781, a autora recenseia diversas informações sobre a evolução do templo e a vivência religiosa das populações desta freguesia rural, pondo ainda em destaque os dados aí colhidos sobre os efeitos nela registados do terramoto de 1755. Por seu lado, Ricardo Varela Raimundo apresenta um interessante estudo sobre as leituras torriense a partir de trinta e quatro inventários de bibliotecas particulares do concelho, da segunda metade do século XVIII, conservados no fundo da Real Mesa Censória. Analisa os seus possuidores, o tipo de obras aí registadas, os seus autores e idiomas utilizados.


Ainda no período moderno, encontramos o estudo de Ricardo Pessa de Oliveira sobre a entrada pública do bispo D. João Cosme da Cunha em Leiria em 1746, pondo em evidência, na sequência dos estudos e dos modelos interpretativos já desenvolvidos por José Pedro Paiva, como todo o cerimonial é perfeitamente encenado, numa sequência estabelecida e reconhecida, num quadro barroco e pós-tridentino que procurou afirmar o papel central do bispo como elemento ordenador de toda a vida religiosa.

Já em contextos de um profundo debate entre Igreja e secularidade se situam outras três comunicações. Uma primeira, da autoria de Célia Reis, estuda a situação religiosa no concelho de Torres Vedras desde os finais do liberalismo aos primeiros tempos da República. Com uma inovadora investigação a partir sobretudo de fontes municipais e da imprensa periódica local, aborda como foram vividos estes tempos atribulados, com a expulsão das ordens religiosas, a legislação relativa à vida paroquial e ao culto religioso e as distintas reacções por parte das autoridades locais e dos diversos párocos e populações do concelho. No mesmo quadro cronológico se situa a abordagem de Maria de Fátima Reis sobre a criação das associações paroquiais de Lisboa, no âmbito da complexa passagem do controlo da assistência do domínio da Igreja para o do Estado. Por seu lado, o terceiro estudo, da autoria de Venerando Aspra de Matos, regressa ao âmbito torriense para fazer a história da emergência do associativismo operário em Torres Vedras, com a criação, em 1884, da Associação de Socorros Mútuos e a sua gradual afirmação até aos inícios do período republicano.

Um último conjunto de textos propõe uma abordagem mais ensaística sobre a questão do sagrado e da sua relação com o profano, a partir de olhares veiculados por distintas disciplinas. Assim, José Manuel Anes desenvolve uma reflexão sobre o sagrado como centro organizador e unificador da realidade, a partir da metáfora de René Thorn aplicada por Lucien Scubla no âmbito da antropologia do simbólico. Este conceito, permite, segundo o mesmo, perceber melhor o Sagrado nos seus diferentes contextos e utilizações, incluindo o actual, marcado pela privatização e pela recomposição pessoal do religioso. Pedro Gomes Barbosa desenvolve uma reflexão distinta, acentuando a necessidade de reconhecer a alteridade do imaginário medieval e de evitar visões reducionistas ou anacrónicas do mesmo. A história recente prova

o sucesso de muitas releituras do mundo religioso medieval que, contudo, estão bem longe da verdade histórica, desde os romances de conspirações em torno da demanda do Graal às reconstruções enfiadas da história templária. Por seu lado, Paulo Alexandre e Castro, a partir da filosofia, desenvolve uma densa reflexão sobre a ausência de lugar para o Sagrado na pós-modernidade, o esvaziamento de qualquer reduto que se reconheça como Sagrado e da necessidade do conceito perante uma atitude face à existência não unificada nem unificadora, incapaz de tornar a existência verdadeiramente presente em si e perante si. Por fim, fechando o volume e também o nosso percurso, temos o texto de Xabier Añoveros Trias de Bes sobre as raízes cristãs da Europa, reflectindo sobre um problema ainda pertinente e sintomaticamente alvo de intensa discussão numa Europa em transformação nos seus contornos culturais, sociais e religiosos.

Creemos, pois, que este é um volume que vale a pena visitar, pela variedade de propostas e pelo valor inegável dos estudos nele compilados. Ele revela também uma iniciativa que tem conseguido ganhar uma crescente projecção e que cumpre os seus propósitos, disponibilizando a um público mais vasto, com uma regularidade notável, os textos de cada Encontro, abrindo caminho a novos percursos e olhares.



PEREIRA, Paulo; BENITO, Paula
Convento da Arrábida: a porta do Céu.
[Lisboa]: Fundação Oriente, D.L. 2006. 217 p.

ANTÓNIO DE SOUSA ARAÚJO

Trata-se de um volume artisticamente ilustrado. Das suas 217 páginas, 96 vêm-se ocupadas com 127 gravuras, das quais 13 são a preto e branco, e todas as restantes a cores, 18 das quais, em formato de página inteira, e da responsabilidade de Paula Benito.

Apresentado por Carlos Augusto Pulido Valente Monjardino, Presidente do Conselho de Administração, é o presente texto (de Paulo Pereira) tentativa de uma nova síntese de saberes e resultado feliz de sucessivas conjugações de dados em torno de um convento situado num lugar mítico da geografia sagrada e da história religiosa de Portugal. Se não fora a Fundação Oriente com a sua gama de potencialidades e